



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO DE MANUTENÇÃO GERAL DE FROTA AUTOMOTIVA E FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMBUSTÍVEIS

Elaboramos este Termo em cumprimento ao disposto nos artigos 18, inciso II, e 40, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, nos incisos I e II do artigo 8º e II do artigo 21, todos do Decreto nº 3.555/2000, no inciso XI do artigo 3º do Decreto nº 10.024/19 e na Instrução Normativa nº 05/2017 – MPDG/SEGES.

SEÇÃO I – INTRODUÇÃO

A PRT 21ª Região pretende contratar os serviços continuados de “gestão de frota automotiva”, nos termos do Procedimento de Gestão Administrativa (PGEA) nº 20.02.2100.0000481-2025-45. A contratação ora pretendida, tem amparo legal nos seguintes diplomas: a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006; os Decretos Federais nº 3.555/2000, 9.507/2018 e 10.024/19; a Instrução Normativa nº 05/2017 – MPDG, bem como em outras normas correlatas.

SEÇÃO II – DO OBJETIVO

1. Este Termo de Referência propõe explicitar os estudos preliminares com vistas a reunir os elementos técnicos necessários e suficientes à perfeita caracterização da prestação dos serviços relativos ao Pregão Eletrônico nº 90001/2026, visando fornecer subsídios para a sua realização e a consequente instituição da contratação.

SEÇÃO III – DO OBJETO

1. Constitui objeto do certame a seleção, para posterior contratação, de pessoa jurídica especializada na **prestação de serviços de gestão de frota para fornecimento de combustíveis/peças e manutenções preventiva e corretiva de veículos**, para atender a Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região em Natal e suas Procuradorias do Trabalho nos Municípios de Mossoró e de Caicó, conforme condições, quantidades, critérios, indicadores, índices, especificações técnicas, informações adicionais e demais exigências previstas no respectivo Edital e, particularmente, neste Termo de Referência (Anexo I).

2. A prestação dos serviços inclui o fornecimento de peças, acessórios, equipamentos, lavagem e transporte por guincho, junto a rede especializada de serviços (própria ou credenciada), em todo o território nacional, por meio da implantação e operação de sistema informatizado e integrado, via internet e tecnologia de pagamento por meio eletrônico.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

3. A Contratada deverá contar com rede de estabelecimentos comerciais credenciados, para atender aos veículos pertencentes à PRT da 21ª Região, os quais se encontram em suas unidades em Natal-RN, Mossoró-RN e Caicó-RN.

4. A referida rede comercial credenciada deverá dispor de condições de executar as diretrizes estabelecidas, no mínimo, nas Seções VII e VIII deste Termo.

5. O objeto da contratação será executado de forma indireta, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob o regime de empreitada por preço unitário.

5.1. A contratação não gerará vínculo empregatício entre a Contratante e os empregados da Contratada, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem.

7. Caso existam discordâncias entre as especificações técnicas do objeto constantes do Sistema Compras Governamentais e deste Termo, prevalecerão as que estão explicitadas neste.

8. Para tanto, haverá 3 Itens, que formarão um Grupo Único, assim distribuídos:

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FROTA AUTOMOTIVA		
Grupo	Item	Descrição
Único	I	Gestão de frota – serviço de administração e gerenciamento informatizado de <u>manutenções preventiva e corretiva</u> de frota automotiva.
	II	Gestão de frota – serviço de administração e gerenciamento informatizado de <u>fornecimento de combustíveis</u> para frota automotiva.
	III	Gestão de frota – serviço de administração e gerenciamento informatizado de <u>fornecimento de peças</u> para frota automotiva.

8.1. A contratação terá o prazo inicial de 24 meses, podendo ser prorrogado por até 120 meses, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Os lances deverão ser ofertados contendo o Valor Global (VG) para o Grupo Único, observando-se os valores – unitários e totais – máximos aceitáveis para cada um dos Itens.

SEÇÃO IV – DA FROTA VEICULAR

1. Durante a futura execução contratual, as quantidades e as características da frota automotiva da Contratante podem sofrer alterações decorrentes de eventuais aquisições e/ou alienações, sem prejuízo dos termos firmados no respectivo contrato.

2. No contrato poderão ser incluídos outros veículos que porventura forem adquiridos durante a vigência do Contrato.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

3. A frota da PRT da 21ª Região é composta atualmente por 11 (onze) automóveis de diversas marcas e modelos conforme quadro a seguir:

Item	Marca/Modelo	Ano/Modelo	Cor	Placa	Combustível
<u>Local do automóvel – Sede da PRT da 21ª - Natal-RN</u>					
01	Chevrolet/Cruze	2020/2021	Preto	REH3E88	Flex
02	Chevrolet/Spin	2020/2021	Branco	REJ9A78	Flex
03	Chevrolet/Spin	2021/2021	Branco	REP1D06	Flex
04	Fiat/Doblô	2014/2014	Branco	OVT0849	Flex
05	Fiat/Doblô	2013/2013	Branco	OWA2918	Flex
06	Jeep/Compass	2020/2021	Branco	REI1A80	Diesel
07	Jeep/Compass	2021/2022	Branco	REP3H93	Diesel
08	Mitsubishi/L200	2015/2016	Branco	QGG8110	Diesel
09	Mitsubishi/Pajero	2016/2017	Preto	QGK7479	Flex
<u>Local do automóvel – Sede da PTM de Mossoró-RN</u>					
10	Jeep/Compass	2020/2021	Branco	REI1A81	Diesel
11	Mitsubishi/L200	2015/2016	Branco	QGI5380	Diesel
<u>Local do automóvel – Sede da PTM de Caicó-RN</u>					
-	-	-	-	-	-

SEÇÃO V – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1. A PRT da 21ª Região não dispõe, em seus quadros e/ou estrutura, de servidores especializados em mecânica, tampouco de instalações, equipamentos e ferramental necessário para a manutenção e reparos ou postos de abastecimentos dos veículos de sua frota para manter em operação os veículos necessários para sua atuação no âmbito de sua competência.

2. A contratação ora apresentada busca atender demanda da Instituição acerca da necessidade de manter-se a conservação, a manutenção, a segurança e as boas condições de usabilidade da frota de veículos desta Unidade.

3. Pretende-se com a contratação manter-se o perfeito funcionamento dos automóveis vinculados a este órgão, mediante serviços de manutenção periódica, limpeza, trocas e substituições de peças.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

4. Igualmente, almeja-se a possibilidade de abastecimento de combustíveis em diversas localidades, visando à conservação do patrimônio público, bem como à segurança e a viabilidade no transporte de membros e servidores do Ministério Público do Trabalho, no exercício de suas funções institucionais.

5. Releva destacar que a utilização de veículos oficiais é frequentemente exigida para execução de atividades inerentes à função constitucional do MPT, envolvendo deslocamentos intermunicipais e/ou interestaduais, o que torna fundamental uma ampla cobertura pela rede credenciada vinculada à Contratada.

6. Considerando-se a discricionariedade administrativa baseada em princípios de coerência, viabilidade técnica e capacidade interna de gestão, e como os serviços licitados possuem a mesma natureza e guardam relação entre si, a Administração optou por juntar os Itens em Grupo Único de disputa.

6.1. Assim, alcança-se o intuito de propiciar maior eficiência gerencial no acompanhamento de fiscalização da execução de tais serviços, visto que serão reunidos em único contrato, conforme os acórdãos do TCU nº 5.260/2011- (1ª Câmara) e 861/2013 (Plenário).

7. Além disso, o agrupamento tende a viabilizar considerável economicidade à Administração, haja vista a possibilidade de diluição dos custos fixos envolvidos na prestação dos serviços, tornando a licitação mais competitiva, o que favorece a redução de preços.

8. Houve a formalização da demanda (Documento n.º 000454.2025) para contratação de pessoa jurídica, a fim de proporcionar a necessária continuidade no atendimento dos serviços de gerenciamento de frota automotiva, considerados imprescindíveis ao exercício das atividades desenvolvidas nas unidades do MPT no RN, concernentes às áreas meio e fim.

8.1. Os serviços a serem contratados fazem parte do planejamento anual de contratações da PRT da 21ª Região.

9. O serviço objeto deste Termo enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, bem como no artigo 7º da Instrução Normativa nº 05/2017 - MPDG, caracterizando-se como atividade material “auxiliar, instrumental ou acessória” à área de competência legal do órgão licitante, não-inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

9.1. A Lei nº 14.133/2021 também contempla tal serviço, que, por sua natureza, é necessário, e cuja ausência pode ocasionar transtornos às atividades do referido Órgão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

SEÇÃO V – DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. Aspectos Gerais.

1.1. Tratando-se de serviços classificados como comuns, de especificações usuais no mercado, facilmente encontrado, cujos padrões – características gerais e específicas de sua constituição – podem ser objetivamente definidos, cabe a modalidade de licitação denominada pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica, do tipo menor preço, nos termos do § único do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002, c/c o § 1º do artigo 1º do Decreto nº 10.024/2019.

1.2. O objeto a ser contratado é caracterizado como bem comum de que trata o inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, normas e regulamentos correlatos e eventual Estudo Técnico Preliminar.

1.3. A contratação está alinhada com os objetivos definidos no Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Público do Trabalho de 2025/2030, quais sejam: OE1 - Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como combater o trabalho escravo e o trabalho infantil; OE2 - Garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho; e OE15 - Otimizar o orçamento necessário para o alcance dos objetivos do MPT.

1.4. A despesa com a contratação está prevista no Plano de Aquisições e Contratações de 2026), na forma estabelecida na Lei nº 14.133/21 (inciso VII do artigo 12 e *caput* e § 1º do artigo 18) e conforme Documentos de Formalização da Demanda (DFD) nº 000326.2025, 000327.2025, 000328.2025 e 000454.2025 constantes do respectivo PGEA.

2. Da justificativa para parcelamento ou não da solução.

2.1. O A contratação se fará por grupo único, tendo em vista que o objeto é indivisível, não sendo técnica e economicamente viável seu parcelamento.

2.2. O agrupamento é indispensável em razão:

- a)** da natureza dos itens que compõem a contratação;
- b)** da correlação lógica e da interdependência entre os itens que compõem o objeto;
- c)** da inviabilidade operacional e gerencial para empresas diversas organizarem partes ou frações do fornecimento/serviço; e
- d)** da economia de escala obtida com o maior volume da contratação e da atratividade do certame para potenciais licitantes.

3. Descrição da solução como um todo (especificações dos serviços).

3.1. A solução compreende a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão de frota para fornecimento de combustíveis/peças e manutenções preventiva e corretiva de veículos, para atender a sede da PRT da 21ª Região em Natal e suas Procuradorias do Trabalho nos Municípios de Mossoró e de Caicó, conforme condições, quantidades, critérios, indicadores, índices, especificações técnicas, informações adicionais e demais exigências previstas no respectivo Edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

3.2. As atividades a serem exercidas não são inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos dos servidores do Ministério Público da União, devendo, portanto, serem objeto de execução indireta, na forma da legislação vigente.

SEÇÃO VI – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DA AQUISIÇÃO

1. A execução do objeto deverá ser realizada indiretamente por empresa do ramo de prestação de serviços, ou similar, **através do regime de empreitada por preço unitário**, escolhida por meio de licitação, da qual constarão as informações técnicas indicadas neste documento, conforme Decreto 9.507/2018 e a Instrução Normativa nº 5/2017 SEGES/MPDG.

2. A Contratada será selecionada na forma prevista na Lei nº 14.133/2021, com a adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO ÚNICO.

3. Não será admitida a transferência a terceiros da execução do objeto deste Termo de Referência, nos termos da legislação vigente.

SEÇÃO VII – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Requisitos específicos da contratação.

1.1. A Contratada deve possuir ampla rede de postos de combustíveis, de oficinas e/ou centros automotivos cadastrados no âmbito das unidades do MPT nos estados.

1.2. Disponibilizar, em tempo real (online), via sistema informatizado, de todos os dados financeiros e operacionais relativos a cada abastecimento ou manutenção realizada.

1.3. Atender às normas do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

1.4. Centralizar a contratação e a gestão do contrato.

1.5. Toda a descrição técnica da contratação, bem como de todos os componentes que irão integrar a prestação de serviços de administração e gerenciamento de despesas de manutenção da frota, suas entregas e as formas de recebimento estão detalhadas neste Termo de Referência e seus anexos. Tais instrumentos irão permitir o planejamento, a organização, a execução e a fiscalização do objeto contratado pelo órgão, de acordo com as demandas pelos produtos.

1.6. Os tipos de serviços executados, as quantidades e descrição de peças utilizadas no reparo deverão constar nos comprovantes, assim como também placa do veículo e o nome do responsável pela autorização dos serviços.

1.7. É imprescindível que a Contratada demonstre, efetivamente, plena capacidade técnico-operacional, fiscal, econômico e trabalhista, na forma disposta neste Termo de Referência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

1.8. As exigências apresentadas serão aquelas adequadas, necessárias, suficientes e pertinentes ao objeto licitado, não implicando em qualquer restrição ao caráter competitivo da licitação, na forma da legislação pertinente.

1.9. Serão observadas:

a) as disposições contidas na Instrução Normativa DG nº 02/2024, que regulamenta normas complementares para assegurar a aplicação da Portaria PGR/MPU nº 178/2023, fixando a dissimetria nos procedimentos de apuração de responsabilidade; e, no que couber,

b) os ditames da Nota Técnica PGT nº 02/2024, que trata de procedimento preliminar, processo administrativo de apuração de responsabilidade (PAAR) e aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

1.10. As partes deverão atender à Lei nº 13.709/18 (LGPD).

2. Sustentabilidade.

2.1. A Contratada deverá implementar, em compatibilidade com a natureza dos serviços, quesitos de sustentabilidade alinhados às diretrizes e aos objetivos do Plano Logístico Sustentável do Ministério Público do Trabalho, em consonância com os artigos 5º e 11, IV, da Lei nº 14.133/2021, especialmente o uso racional dos recursos naturais e a redução de desperdícios.

2.2. Igualmente, deverá ser observado o quanto estabelece a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, as resoluções do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais legislações aplicáveis ao objeto da contratação.

3. Garantia da execução contratual.

3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor da contratação, em uma das modalidades ali previstas e conforme regras estabelecidas no termo contratual.

4. Subcontratação.

4.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

5. Vistoria.

5.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução do objeto.

6. Serviços.

6.1. Os serviços básicos da contratação são os seguintes:

a) abastecimento da frota (inclusive com o fornecimento de ARLA32 – Agente Redutor Líquido Automotivo);



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

b) manutenção preventiva, incluindo mão de obra, de acordo com as recomendações de cada fabricante;

c) manutenção corretiva com substituição de peças de toda a frota de veículos, como também troca de óleo de motor e complementação de óleos lubrificantes, incluindo mão de obra, de acordo com as recomendações de cada fabricante;

d) borracharias;

e) vidraçaria;

f) lavagem e lubrificação; e

g) guincho para atender os veículos.

7. Condições de execução do objeto.

7.1. A Contratada deverá estar apta a iniciar a prestação dos serviços no 1º dia útil contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, conforme cronograma abaixo:

a) disponibilização de treinamento – até 10(dez) dias úteis;

b) disponibilização do Sistema – até 10(dez) dias úteis;

c) cadastramento dos veículos da frota – até 10(dez) dias úteis; e

d) fornecimento dos identificadores eletrônicos – até 10(dez) dias úteis.

7.2. Quando não for possível – por fato superveniente, excepcional, estranho à vontade das partes ou, ainda, por situação imprevisível – o cumprimento do prazo do início dos serviços, a Contratada deverá, anteriormente ao término do prazo, encaminhar documento com justificativas pelo atraso, comprovadamente, requerendo a prorrogação do prazo, devidamente fundamentado, para análise por parte da Administração.

7.2.1. Não serão analisadas as justificativas sem a devida comprovação ou os requerimentos de extensão do prazo sem a devida fundamentação.

7.3. A prestação dos serviços deverá ter início em data ou prazo fixado em ordem de serviço.

7.4. Os serviços serão prestados nos endereços das empresas credenciadas e atenderão às unidades da PRT da 21ª Região na:

a) Sede da PRT da 21ª Região em Natal/RN – rua dr. Poty Nóbrega, nº 1941, Lagoa Nova;

b) PTM de Mossoró/RN – av. Jorge Coelho de Andrade, nº 274, Presidente Costa e Silva; e

c) PTM de Caicó/RN – rua Zeco Diniz, nº 1.300, Penedo.

7.5. Os serviços serão prestados em horário comercial.

7.6. A gestão do contrato será realizada pela Sede da PRT da 21ª Região.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

SEÇÃO VIII – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS, DAS TAREFAS E DOS PROCEDIMENTOS

1. Do Sistema Tecnológico.

1.1. O Sistema Tecnológico a ser fornecido e implantado pela Contratada deverá constituir-se de um sistema informatizado via internet (WEB) de gestão integrado que monitore o abastecimento de combustíveis, de lavagens, manutenções preventivas, corretivas e de garantia dos veículos, com o fornecimento individualizado dos respectivos cartões magnéticos de monitoramento de frota, sendo que cada condutor deverá ter sua identificação validada durante a execução de qualquer operação realizada na rede de estabelecimentos credenciados pela Contratada, sendo de responsabilidade da Contratada solução que iniba ou identifique com agilidade e segurança no caso de eventuais utilizações não autorizadas.

1.2. O software de Gestão de Abastecimento, os Equipamentos Periféricos e os Cartões da Contratada deverão compreender:

a) registro informatizado dos dados de abastecimento disponível para consulta via WEB, propiciando informações da data e hora do abastecimento;

b) emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores e consumo específico por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados (Km/litro [mínimo e máximo]; intervalo de tempo entre transações; capacidade do tanque/veículo etc.);

c) parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos e equipamentos automotivos;

d) o fornecimento, sem ônus para a Administração, de cartões magnéticos para cada veículo, devendo ainda permitir a emissão de novo cartão para os casos de perda ou extravio, cujo custo adicional deverá ser de responsabilidade da Contratante;

e) o cancelamento imediato do cartão, para os casos de perda ou extravio;

f) identificação do condutor no momento da utilização dos serviços de abastecimento por meio de senha pessoal; e

g) os equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pela Contratada, os quais deverão ser disponibilizados, se necessário, para a Unidade Gestora (de custos) sem qualquer ônus.

1.3. A Contratada deverá capacitar e treinar os funcionários indicados pela Contratante no que se refere à operação do sistema de gerenciamento, controle e aquisição de abastecimento de maneira a se obter maior eficiência e eficácia na utilização do sistema.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

1.4. A Contratada deverá prestar suporte técnico através de Serviço de Atendimento ao Cliente, por telefone ou Internet, devendo ter uma central de atendimento que permita à Contratante o acesso através de ligação local, com atendimento 24 horas todos os dias do ano, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico.

1.5. Será considerada como base de gerenciamento a sede da PRT 21ª Região em Natal/RN.

1.6. Para implantação do sistema não será permitida modificação e/ou instalação de equipamentos nos veículos, salvo com expressa e justificada autorização da Administração.

1.7. O prazo para atendimento, solução de problemas e assistência técnica relativo ao *software* fornecido deverá ser inferior a quarenta e oito horas.

1.8. No caso de impossibilidade temporária de se efetuar a transação em meio eletrônico, a rede credenciada deverá aceitar transações e processos de contingência para garantir a continuidade dos serviços contratados.

1.9. A Contratada deverá arcar com todas as despesas resultantes da implantação do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, relatórios e outras decorrentes.

1.10. O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento do fornecimento das peças e acessórios e da mão de obra referente à execução do serviço de manutenção para a frota dos veículos da PRT 21ª Região, junto à rede credenciada, mediante aprovação prévia do serviço pelo Responsável da Unidade Administrativa.

1.11. O Sistema deverá disponibilizar a definição de limites de gastos mensais com abastecimento, tanto para a **Base de Gerenciamento**, quanto para cada veículo da frota, ficando a cargo do **Gestor do Sistema** sua alimentação e realocação, que não poderão ser ultrapassados.

1.12. O sistema deve ser compatível com os sistemas operacionais da PRT da 21ª Região, normalmente composto pelo seguinte pacote:

a) Sistema operacional: Microsoft Windows (versões 7, 8 ou 10);

b) Pacote de Escritório: Microsoft Office; e

c) Navegadores Web: Firefox, Chrome e Edge (versões para MS Windows).

1.13. O sistema deverá possibilitar a negociação entre o Gestor e a Rede Credenciada, de forma a alcançar a melhor proposta possível e mais vantajosa à Administração Pública.

1.14. As negociações devem ser disponibilizadas em históricos e relatórios para fins de auditoria.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

2. Da Rede Credenciada.

2.1. Em virtude dos constantes deslocamentos das equipes entre unidades e para outros municípios, é necessário que a Contratada disponha de rede credenciada suficiente para a execução dos serviços em todo o território nacional.

2.2. Faz-se necessário que, no prazo máximo 10 (dez dias úteis) após a data da assinatura do contrato, a Contratada comprove o credenciamento de postos e oficinas nas localidades em que a Contratante possua unidades.

2.3. Todos os credenciados deverão estar equipados para aceitar e transmitir, em tempo real, as transações das despesas efetuados nos veículos da frota da Contratante.

2.4. Cabe a Contratada garantir a qualidade dos serviços prestados pelos fornecedores que integram a sua rede credenciada, mediante critérios próprios de admissão e aprovação.

2.5. A administração não terá nenhum vínculo, obrigação ou responsabilidade para com a rede credenciada, sendo de inteira responsabilidade da Contratada os direitos gerados em favor dos postos e oficinas credenciadas, oriundos da execução do contrato.

2.6. Sem prejuízo da rede previamente cadastrada, fica facultado à Contratante solicitar o credenciamento de novos fornecedores sempre que necessário de modo a atender às necessidades da Administração.

2.7. O credenciamento de novos postos e oficinas, conforme a necessidade da Contratante deverá ser efetivada pela Contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da solicitação.

2.8. Os postos credenciados deverão possuir nas suas instalações área suficiente para movimentação e manobras necessárias ao abastecimento dos veículos constantes da frota da Contratante.

3. Do controle e segurança do sistema.

3.1. A Contratada adotará sistema de segurança de forma a impedir o abastecimento de veículos não autorizados pela Contratante, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos.

3.2. Disponibilizar senhas individuais para os servidores indicados pela Contratante acessarem a base gerencial.

3.3. O acesso à base gerencial, para qualquer operação, somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário.

3.4. O bloqueio do uso do abastecimento de veículo deverá ser imediato a partir de cada base operacional e somente poderá ser feito pela unidade responsável pelo gerenciamento dos serviços da Contratante.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

3.5. Cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de cartão.

3.6. Sempre que houver necessidade deverá ser possível a troca de senha de acesso.

3.7. O sistema contratado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha em tempo real para gerenciamento, acompanhamento e ações proativas por parte da Contratante.

3.8. A recuperação e o processamento das informações relativas às operações realizadas por cada um dos veículos deverão ser descentralizados e automáticos, quando do retorno dos veículos à base da unidade.

4. Do serviço de abastecimento.

4.1. Consiste na intermediação do serviço de abastecimento de veículos oficiais pertencentes à frota da PRT 21ª Região, mediante o fornecimento de cartões de combustíveis, que serão fornecidos ou disponibilizados pela Contratada para utilização na sua rede credenciada de postos, incluindo a disponibilização de um sistema de gerenciamento eletrônico.

4.2. A Contratada deverá acompanhar o cumprimento das seguintes obrigações impostas aos Postos de combustíveis credenciados:

4.3. Conforme Art. 4º da Resolução ANP nº 885/2022: “O revendedor varejista fica obrigado a manter, nas dependências do posto revendedor, o boletim de conformidade, expedido pelo distribuidor ou pelo transportador-revendedor-retalhista do qual adquiriu o combustível, referente ao recebimento dos últimos seis meses.

4.4. Parágrafo único. No caso de aquisição de etanol hidratado combustível diretamente do fornecedor de etanol, o revendedor varejista fica obrigado a manter, nas dependências do posto revendedor, o certificado da qualidade, expedido pelo fornecedor do qual adquiriu o combustível, referente ao recebimento dos últimos seis meses.”

4.5. Manter, nas dependências do Posto Revendedor, o Boletim de Conformidade, expedido pelo Distribuidor do qual adquiriu o combustível, referente ao recebimento dos últimos 6 (seis) meses (Art. 4º da Resolução ANP nº 9, de 07 /03/2007);

4.6. Realizar análise dos combustíveis objetos do contrato sempre que solicitada pela Administração, para isso, a Contratada deverá manter disponíveis os materiais necessários à realização das análises (Resolução ANP nº 9, de 07/03/2007, artigo 8º);

4.7. Os procedimentos detalhados para a realização dos testes de qualidade dos combustíveis seguirão a legislação específica editada pela ANP; podendo ser consultado, acaso existente e atualizado, o anexo da Cartilha do Posto Revendedor de Combustível publicada por tal agência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

4.8. Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos e da ocorrência de situações adversas como falta de energia elétrica, a Contratada deverá disponibilizar procedimento contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente. Este procedimento deve consistir na obtenção, por telefone (0800), por parte da rede credenciada, do número da autorização de abastecimento a ser transcrito para formulário específico da Contratada, visando a garantir a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos e não comprometer a continuidade das atividades operacionais da Contratante.

4.9. O abastecimento indevido de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela empresa Contratada.

4.10. Os combustíveis a serem fornecidos deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, conforme legislação em vigor.

4.11. Uma vez constatada infração às normas relativas à indústria do petróleo, ao abastecimento nacional de combustíveis, ao Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e ao Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, a Administração da PRT21ª Região dirigirá representação à ANP, para efeito do exercício do seu poder de polícia, nos termos do art. 14 da Lei n.º 9847/99.

4.12. A rede credenciada deverá fornecer, no mínimo, os seguintes combustíveis: Gasolina comum; Gasolina aditivada; Etanol hidratado; e Óleo diesel "S10", bem como ARLA32 (Agente Redutor Líquido Automotivo).

4.13. As especificações dos combustíveis devem seguir a regulamentação vigente, em especial as resoluções da Agência Nacional do Petróleo n. 807/2020 (gasolina); 19/2015 (etanol) e 50/2013 (óleo diesel rodoviário); e suas atualizações.

5. Dos condutores, dos cartões magnéticos vinculados ou não

5.1. Cada condutor deverá ter sua identificação validada durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos e oficinas credenciados pela Contratada, sendo de responsabilidade da Contratada a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato da operação e coíba com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas

5.2. A identificação do condutor autorizado pela Administração será validada, pela ontratada, através de senha própria, não podendo haver utilização de senha de outro condutor, mesmo que esteja conduzindo carros da frota da Contrante.

5.3. Os dados cadastrais dos veículos, para constar nos cartões, serão fornecidos pela Contratante, no ato da assinatura do contrato



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

5.4. Os serviços deverão ser prestados aos seguintes veículos:

Veículos pertencentes à atual frota oficial da PRT 21ª Região;

Veículos que venham ser acrescidos ou substituídos na frota atual.

5.5. O sistema deverá prever o fornecimento de 1 (cartão) vinculado para cada veículo integrante da frota da PRT 21ª Região.

5.6. O abastecimento não poderá ser efetuado sem a posse do cartão específico do veículo, mesmo que o condutor esteja de posse de cartão pertencente a outro veículo da frota da Contratante.

5.7. Os cartões (vinculados ou não) não poderão ser cobrados em separado, pois os seus custos estarão inclusos no valor do serviço de gerenciamento da frota.

5.8. A empresa vencedora deverá fornecer pelo menos 02 (dois) cartões adicionais “reserva” (coringa) para utilização em casos excepcionais (locações de outros veículos, troca de veículos, de outra unidade em trânsito etc.) e devidamente autorizados pela Administração, com seu custo incluso no valor do serviço de gerenciamento da frota.

5.9. A critério da Contratante e de acordo com a necessidade poderá ser solicitado à Contratada novos cartões não vinculados, não recaindo sobre essa solicitação qualquer ônus para a Administração.

5.10. Durante a execução do contrato, a Contratante poderá incluir ou excluir veículos conforme sua necessidade e conveniência. Caso haja diminuição no número de veículos da frota haverá devolução ou destruição de cartões magnéticos.

5.11. Os créditos dos cartões de cada veículo serão definidos de acordo com a conveniência da Administração.

12. A Contratada deverá possibilitar por meio do sistema informatizado, via WEB, a realocação de limites entre os veículos componentes da frota da Contratante sempre que necessário para adequar os níveis de gestão às suas necessidades operacionais.

5.13. A realocação dos limites dos cartões individuais deverá estar disponível, preferencialmente, em tempo real, ou no máximo em 15 (quinze) minutos a partir do pedido de realocação.

5.14. A Contratada deverá disponibilizar um canal direto por telefone para a realocação instantânea de limites dos cartões e indicar, de forma atualizada, o seu responsável pelo contrato a ser firmado com a Administração.

5.15. Excepcionalmente, de maneira justificada, em caso de falha do sistema a realocação deverá estar disponível a partir da 0h do dia imediatamente posterior à solicitação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

5.16. Por solicitação do Fiscal do Contrato, a Contratada deverá substituir em no máximo 05 (cinco) dias úteis, os cartões magnéticos que:

- a) tenham perdido a validade;
- b) apresentarem defeito que impeça a sua utilização; ou
- c) tenham sido extraviados.

5.17. A Contratada deverá confeccionar os cartões magnéticos imprimindo em cada um a identificação da Contratante, o modelo e a placa do veículo.

5.18. A Contratante fornecerá à Contratada, após a assinatura do contrato, o cadastro completo e atualizado dos veículos, condutores e centro de custo (Unidade Gestora), contendo os seguintes dados: Placa; Marca; Tipo; Chassi; Combustível; Ano de fabricação; Lotação (Unidade); Capacidade do tanque; Hodômetro; Nome, registro funcional e Unidade dos condutores.

5.19. A Contratante deverá estabelecer para cada veículo da sua frota um limite de utilização do cartão para o abastecimento e de manutenção que não poderão ser ultrapassados sem expressa autorização do Administrador do Contrato. Os atendimentos realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da Contratada.

5.20. Nos abastecimentos de veículos, o sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

- a) identificação do posto ou oficina (Nome, Endereço e CNPJ);
- b) Identificação do veículo (placa);
- c) hodômetro do veículo no momento do abastecimento;
- d) tipo de combustível (para o serviço de abastecimento);
- e) a data e hora da transação (abastecimento);
- f) quantidade de litros de combustível;
- g) valor unitário do(s) produto(s) fornecido(s); e
- h) valor da operação, expresso em moeda nacional (abastecimento).

5.21. A Contratada deverá fornecer para cada veículo um cartão único, parametrizado, vinculado à placa, de forma que impeça o abastecimento ou a manutenção do veículo sem a posse deste, mesmo que esteja de posse de cartão pertencente a outro veículo da frota da Contratante.

6. Dos serviços de lavagem.

6.1. Descrição Geral – O atendimento dos serviços de lavagem simples, completa e pesada, bem como o fornecimento de materiais necessários à sua execução deverá ocorrer por meio de lava-jatos, oficinas ou postos credenciados e disponibilizados pela Contratada, em horário comercial.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

6.2. Tipos de lavagem.

I – Simples, que compreende os seguintes serviços:

- a) lavagem externa, utilizando material adequado e sabão neutro próprio para pinturas veiculares;
- b) secagem;
- c) limpeza de pneus;
- d) limpeza dos para-brisas (interno e externo), utilizando produto adequado à remoção de sujeiras em áreas envidraçadas;
- e) limpeza de espelhos retrovisores (interno e externo), utilizando produto adequado à remoção de sujeiras em áreas espelhadas;
- f) lavagem de tapetes;
- g) aspiração do interior do veículo (incluindo porta-malas);
- h) limpeza de componentes internos (painel, portas, maçanetas, borrachas etc.), utilizando produto não corrosivo e adequado à conservação dos objetos; e
- i) outros serviços que se fizerem necessários.

II – Completa, compreendendo os seguintes serviços:

- a) lavagem do assoalho (parte inferior do veículo, para-lamas e para-choques);
- b) lavagem externa, utilizando material adequado e sabão neutro próprio para pinturas veiculares;
- c) secagem;
- d) limpeza de pneus;
- e) limpeza dos para-brisas (interno e externo), utilizando produto adequado à remoção de sujeiras em áreas envidraçadas;
- f) limpeza de espelhos retrovisores (interno e externo), utilizando produto adequado à remoção de sujeiras em áreas espelhadas;
- g) lavagem de tapetes;
- h) aspiração do interior do veículo (incluindo porta-malas);
- i) limpeza de componentes internos (painel, portas, maçanetas, borrachas etc.), utilizando produto não corrosivo e adequado à conservação dos objetos;
- j) enceramento da pintura (aplicação e polimento), utilizando equipamento, material e produto adequado à conservação da superfície a ser encerada; e
- k) Outros serviços que se fizerem necessários.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

III – Pesada: consiste nos itens da lavagem completa, adicionando-se a lavagem de chasis/monobloco com a utilização de jato d'água sob pressão, estando o veículo estacionado em rampa que permita o jateamento d'água por baixo e de forma a remover lama e outras sujeiras encrustadas, utilizando-se de produtos químicos específicos e adequados e, lubrificação quando necessário.

IV – Polimento Cristalizado: caracteriza-se pela recuperação de manchas causada por resina de árvore, fezes de pássaro, insetos, queimaduras do sol, riscos de pouca profundidade e pinturas que perdem o brilho, com a utilização de massa de polir através de máquina politriz que gira em alta rotação e finalização com a aplicação de pasta (cera).

7. Dos Serviços de Manutenção.

7.1. Os serviços de manutenção poderão ser gerenciados com ou sem a utilização de cartões magnéticos, sendo que o controle dos serviços, os registros das operações e o tratamento das informações poderão ser feitos por requisição própria do Contratante, devendo efetuar seus registros eletronicamente, através de sistema informatizado acessível via internet através de navegadores web Internet Explorer, Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome.

7.2. O atendimento dos serviços e o fornecimento de materiais deverão ocorrer por meio da rede credenciada oferecida pela Contratada, em horário comercial, nas quantidades estabelecidas pela Contratante.

7.3. A Contratada deverá disponibilizar sistema informatizado, permitindo a realização de no mínimo 03 (três) orçamentos, via web, junto as credenciadas para cada serviço de manutenção de veículo. A Contratante optará pela proposta mais vantajosa para administração pública, através de seus representantes, para só assim a Contratada executar os serviços.

7.4. Nos casos de urgência, ou insuficiência de prestadores de serviços na localidade, bem assim quando não for possível obter três orçamentos, devidamente justificado na O.S, poderão ser autorizados os serviços sem o número de orçamentos descritos no item anterior.

7.5. Os valores de mão de obra dos serviços e das peças não poderão ser superiores aos constantes nas Tabelas das Montadoras para cada Linha de Montagem dos veículos da frota.

7.6. Visando a perfeita viabilidade de utilização de serviços, a licitante vencedora deverá ter credenciado em sua rede, no mínimo, 3 (três) fornecedores, com as seguintes condições:

a) pratiquem preços para fornecimento de serviços e materiais dentro dos limites praticados no mercado, tendo como parâmetro de referência os preços verificados na Tabela do Sistema CÍLIA, AUDATEX, PARTSLINK ou SIMILARES, que apresentam os preços médios praticados no mercado;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

b) disponibilizem, no sistema, orçamento com a relação das peças, componentes e materiais a serem trocados/substituídos, bem como o volume de tempo de serviço, e o custo do homem/hora a ser empregado para aprovação da Contratante; e

c) disponibilizem local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, fornecendo relação das mesmas e seus respectivos códigos, para que, se for o caso, possam ser verificados por servidor(es) ou técnicos terceirizados da Contratante, especialmente designado(s) e somente executem os serviços, após a devida autorização do Administrador, via sistema ou através de “Ordem de Serviço”.

7.7. O serviço inclui a administração e gerenciamento de despesas de manutenção da Frota de Veículos Oficiais através de rede credenciada de concessionárias, oficinas, lava-jatos e centros automotivos, que inclui o fornecimento de materiais/peças do ramo automotivo, abrangendo todas as áreas e especialidades afetas à integridade dos veículos e relativos à manutenção preventiva e corretiva, análise, avaliação e diagnose, montagem, desmontagem, retificação, correção, restauração, reposição, complementação, conservação, transporte em suspenso por guincho para remoções e socorro mecânico, bem como lavagem e lubrificação em rampa.

7.8. O fornecimento de materiais/peças independe da execução de serviços de manutenção e vice-versa, devendo a Contratada atender às solicitações que requeiram, concomitantemente, execução de serviços e fornecimento de peças.

7.9. A rede de concessionárias, oficinas e centros automotivos, oferecida pela Contratada, deverá dispor de estrutura física, com instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos e ferramental adequados, quadro de pessoal qualificado e disponibilidade de materiais automotivos, indispensáveis e suficientes para o cumprimento integral do objeto especificado, sem interrupções, para segurança e guarda dos veículos e pleno atendimento dos serviços de manutenção da frota da Contratante e, ainda:

a) oferecer serviços de transporte em veículo equipado para guinchamento em suspenso, inclusive para socorro mecânico emergencial; e

b) fornecer as notas fiscais relativas a cada realização de serviço ou fornecimento de material, inclusive cópias das notas fiscais das prestadoras e, neste caso, sempre que solicitado pela Contratante, comprovar a procedência por meio de documentos.

7.10. A Manutenção Preventiva compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras, concessionárias de automóveis (de acordo com o serviço), obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo. São exemplos de manutenção preventiva:

a) serviços de troca e remendo de pneus;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

- b)** alinhamento e balanceamento de rodas;
- c)** serviços de cambagem, câster e convergência;
- d)** serviços de desempenho de rodas;
- e)** troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento;
- f)** lubrificação de veículos;
- g)** lavagem simples e completa em automóveis leves, utilitários e caminhão de pequeno porte;
- h)** lavagem geral com polimento, aspiração e lubrificação em automóveis leves, utilitários e “vans”;
- i)** reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador etc.;
- j)** substituição de itens do motor;
- k)** limpeza de motor e bicos injetores;
- l)** regulagens de bombas e bicos injetores; e
- m)** outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos.

7.11. A manutenção preventiva também contempla a execução de serviços obrigatórios de revisões estimadas no manual do proprietário/conductor, levando-se em conta a quilometragem percorrida e/ou tempo em relação à última revisão, prevenindo eventuais quebras e defeitos nos veículos, mantendo-os em perfeito estado de uso, incluindo-se as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao bom funcionamento do veículo, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis autorizadas, obedecendo-se as recomendações do fabricante do veículo e/ou as recomendações da Contratante, a fim de manter as condições de garantia.

7.12. A Manutenção Corretiva ou Pesada compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venha a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficientes de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais. São exemplos de manutenção corretiva:

- a)** serviços de retífica de motor;
- b)** montagem e desmontagem de jogo de embreagens;
- c)** serviços de instalação elétrica;
- d)** serviços no sistema de injeção eletrônica;
- e)** capotaria;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

- f)** tapeçaria;
- g)** vidraçaria
- h)** funilaria e pintura;
- i)** serviços no sistema elétrico;
- j)** serviços no sistema de arrefecimento;
- k)** serviços no sistema de ar-condicionado;
- l)** substituição de peças danificadas;
- m)** reboque de veículos; e
- n)** outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos.

7.13. A Contratada deverá providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, caso não estejam ainda credenciados, rede de estabelecimentos fornecedores de autopeças e prestadores de reparos automotivos, devidamente equipados para aceitar as transações do sistema informatizado, devendo haver:

a) o credenciamento mínimo de três estabelecimentos nos municípios em que a Contratante possuir sede ou unidade vinculada. Será dispensada esta exigência na situação em que comprovadamente não houver nas cidades o mínimo de estabelecimentos exigidos, situação em que será admitido o credenciamento de pelo menos um estabelecimento; e

b) o credenciamento mínimo de uma concessionária autorizada das montadoras conforme a descrição de frota disponível neste documento, bem como atualização, com inclusão de outras marcas por ocasião de alteração da frota, nas cidades relacionadas, salvo na hipótese em que não houver, comprovadamente, concessionárias estabelecidas, devendo a Contratada providenciar o credenciamento na localidade mais próxima da cidade não atendida.

7.14. O sistema deverá possibilitar à Contratante adquirir por meio da rede credenciada da Contratada, quaisquer peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivos solicitados, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos e/ou por meio de rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústria automotivos e afins, definidas pelas seguintes características e procedências:

a) Originais, genuínos, produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo;

b) Originais, do fabricante fornecedor da montadora dos veículos atendido os mesmos padrões e níveis de qualidade por esta exigidos, recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo; ou



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

c) De outros fabricantes, cujo produto atenda os níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação ou autorização formal da Administração.

7.15. O sistema deverá possibilitar à Contratante adquirir, por meio da rede credenciada, serviços de socorro mecânico e de reboque por carro guincho quando os veículos da frota oficial não puderem trafegar em consequência de defeitos mecânicos, elétricos ou quaisquer avarias ou panes ocorridas.

2.7.16. O serviço de reboque será prestado em regime de plantão de 24 horas, sete dias por semana, devendo ser disponibilizado número de telefone para acionamento.

2.7.17. Para execução dos serviços técnicos de manutenção da frota, a Contratante utilizará preferencialmente as oficinas credenciadas pela Contratada que disponham dos seguintes requisitos mínimos:

- a)** possuir, preferencialmente, microcomputador, impressora e conexão à internet;
- b)** disponibilizar boxes de serviços cobertos e delimitados em pátio pavimentado, dotados preferencialmente de bancadas de alvenaria com revestimento cerâmico ou com chapas de metal;
- c)** possuir equipamentos eletrônicos apropriados para aferições e regulagem de motores;
- d)** dispor de ferramentas atualizadas para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade;
- e)** dispor de área física adequada à prestação dos serviços de manutenção;
- f)** dispor de equipe técnica preferencialmente uniformizada;
- g)** eos serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças, componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos das Unidades Gestoras, nas suas instalações, independente da marca do veículo; e
- h)** executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados.

2.7.18. Os requisitos mínimos elencados acima poderão ser dispensados nas cidades que comprovadamente apresentem dificuldades no credenciamento de oficinas mecânicas, devido a poucos interessados ou restrição do quantitativo de empresas do ramo.

2.7.19. Na prestação dos serviços, a credenciada deverá:

- a)** devolver os veículos para Contratante em perfeitas condições de funcionamento;
- b)** executar fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela Unidade Gestora, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessária à perfeita execução dos serviços e desde que aprovado pelo Responsável designado;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

c) no caso de mau atendimento, a Unidade Gestora não mais utilizará os serviços prestados pela oficina credenciada da Contratada, devendo esta ser comunicada dos fatos que motivaram a decisão, a fim de impedir os serviços do estabelecimento no sistema;

d) permitir que a Unidade Gestora realize fiscalização da execução dos serviços a serem prestados pela oficina credenciada;

e) somente utilizar peças, materiais e acessórios genuínos, similares ou aqueles acertados entre a Unidade Gestora e a rede credenciada de estabelecimentos, desde que atendidas as recomendações do fabricante do veículo e não podendo valer-se em nenhuma hipótese de itens reconicionados, salvo nos casos excepcionais com autorização expressa da Unidade Gestora;

f) as peças, materiais e acessórios deverão ter garantia mínima de 90 (noventa) dias, excetuando-se aquelas peças que tenham garantia especificada;

g) atender com prioridade as solicitações da Contratante referente à execução dos serviços;

h) não aplicar materiais/serviços sem prévia autorização, bem como prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Unidade Gestora;

i) disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, devendo fornecer a relação delas e seus respectivos códigos, que poderão vir a ser verificados por servidor ou Comissão especialmente designada pela autoridade competente da Unidade Gestora;

j) receber e inspecionar o veículo da Unidade Gestora;

k) executar os serviços mediante prévia autorização e por meio da emissão de Ordem de Serviço – OS - via internet, aprovada pela Unidade Gestora por intermédio do sistema de gerenciamento informatizado;

l) disponibilizar profissionais qualificados para prestar os serviços de forma regular e eficiente;

m) reparar, corrigir, substituir, desfazer e/ou refazer à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, as peças substituídas e os serviços recusados pela Contratante por execução com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou, decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão-de-obra, peças, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela Contratante, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

n) entregar o veículo, logo após a conclusão dos serviços, com todas as peças e componentes substituídos para conferência da Contratante;

o) providenciar, quando pertinente, termo de vistoria prévia, devendo fornecer uma via para a Unidade Gestora solicitante e responsabilizar-se civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da ação ou omissão que ocorreram durante a realização dos serviços aprovados na OS via sistema.

7.20. Fica reservado à Contratante por meio de seus gestores o direito de:

a) realização de outros orçamentos em oficinas credenciadas, bem como em oficinas não credenciadas; e

b) negociação de redução de custos junto às oficinas credenciadas.

7.21. Caso a primeira oficina credenciada não concorde com a redução dos custos apresentados ou se os valores encontrados na rede credenciada estiver acima do praticado no mercado ou se as oficinas credenciadas não apresentarem o padrão exigido pela Contratante, o veículo será remanejado de imediato para a oficina que apresentou o orçamento de menor valor ou para outra oficina determinada pela Contratante.

8. Do Socorro Mecânico e do Guincho.

8.1. A Contratada deverá fornecer serviços de reboque, por carro-guincho, a veículos da frota oficial que não possam trafegar (por razão de defeitos mecânicos ou elétricos).

8.2. O serviço de reboque será prestado em regime de plantão de 24 horas, 7 dias por semana, com cobertura nacional, devendo ser disponibilizado para a Contratante número de telefone para solicitação do serviço.

8.3. O prazo máximo para atendimento de chamados será o seguinte:

a) efetuar serviço de socorro mecânico (guincho) num raio de 100 (cem) km, a contar do endereço do órgão requisitante em até 2 (duas) horas, sem ônus adicional ao Contrato;

b) caso haja necessidade da utilização de serviços de socorro mecânico (guincho) fora dos limites estipulados, fica determinado que o prazo de atendimento será de 2 (duas) horas para cada 100 (cem) km ou fração de distância entre a localização do veículo e a sede do órgão requisitante, após solicitação;

c) a Contratada poderá submeter o serviço de reboque a terceiros, sem prévia autorização do órgão requisitante, porém responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos serviços; e

d) os valores dos acionamentos e quilômetros adicionais, será o constante na proposta.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

9. Dos Relatórios.

9.1. Quando solicitado, a Contratada fornecerá relatório de histórico contendo informações sobre as despesas (seja abastecimento, lavagens ou manutenções) de cada veículo, os preços praticados em cada estabelecimento e a análise de consumo de combustível por veículo.

9.2. Conforme a necessidade da Contratante poderá ser solicitado outros relatórios ou o aperfeiçoamento dos já disponibilizados.

9.3. Os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter, no mínimo, as informações acumuladas conforme estabelecido nos tópicos que se seguem.

I. Relação dos veículos por placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação, base da Unidade Administrativa.

II. Para a operação de abastecimento de combustível – o histórico das operações realizadas pela frota contendo:

- a)** data e hora do abastecimento;
- b)** identificação do estabelecimento;
- c)** identificação do condutor;
- d)** identificação do veículo (placa, marca, modelo, ano de fabricação);
- e)** quilometragem (hodômetro);
- f)** tipo de combustível abastecido;
- g)** quantitativo de litros abastecido;
- h)** valor por litro e total adquirido;
- i)** média de consumo (quilometragem);
- j)** subtotal disponível no cartão;
- k)** quilometragem percorrida por veículo;
- l)** histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pela Unidade Gestora;
- m)** histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- n)** preço médio pago por tipos de combustível consumidos pela frota;
- o)** volume de gastos realizados por tipos de combustível;
- p)** indicação dos veículos ou geradores que apresentarem distorções em termos de quilometragem ou tempo e consumo de combustíveis e despesas realizadas por base operacional (Unidade Gestora); e
- q)** cadastro dos veículos, condutores e respectivas Unidades Gestoras.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

III. Para a operação de manutenção dos veículos:

a) o histórico de manutenção de veículo contendo: valor das peças; valor da mão de obra; valor total do serviço; placa; quilometragem; estabelecimento onde foi realizado; garantias de peça e mão de obra; e quantidade de peças e total de hora mão de obra utilizada;

b) ordem de serviço cadastrada;

c) comparativo do valor na Ordem de Serviço;

d) interface digital – Oficina X Cliente;

e) orçamento eletrônico;

f) registro de garantia de peças/serviços;

g) histórico dos orçamentos;

h) histórico da manutenção dos veículos;

i) comparação de orçamentos para análise de histórico;

j) relatório contendo grupo de peça/peça, mão de obra/hora por grupo, horas de execução, custo por peça, tabela de referência de tempo por modelo e marca;

k) cotação em tempo real (on-line) – transparência nos dados e informações, velocidade na operação, automatização do processo;

l) cadastro do veículo;

m) composição da frota e idade média;

n) relação de estabelecimentos de manutenção credenciados;

o) relatório de operação de manutenção;

p) utilização de peças e serviços por estabelecimentos;

q) custos por grupo de manutenção – veículo;

r) custos e quantidade por tipo de manutenção – veículos;

s) custos e quantidades por tipo de manutenção – equipamento;

t) veículos x manutenção preventiva;

u) pesquisa no sistema – garantia de peças e serviços;

v) pesquisa no sistema – preços de peças e serviços; e

w) custos por km e indicadores – veículos.

9.4. O sistema de controle informatizado deverá permitir a consulta e a emissão completa e por localidade da rede de postos credenciados pela Contratada, bem como o credenciamento de novos postos a pedido da Administração;

9.5. O sistema deve permitir, a partir do relatório de cotações, a autorização pelo Administrador e emissão de ordem de serviço para realização da operação de manutenção.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

10. Da Implantação do Sistema de Gerenciamento de Frota.

10.1. A Contratada deverá implantar o Sistema em todas as bases operacionais no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

10.2. O processo de implantação do Sistema pela Contratada compreende as seguintes atividades para a operação de abastecimento de combustível:

- a) treinamento dos condutores e gestores;
- b) cadastramento dos veículos;
- c) preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;
- d) definição da logística da rede de postos credenciados;
- e) fornecimento dos cartões para os veículos; e
- f) fornecimento à Contratante dos dados cadastrais da rede de postos credenciados.

10.3. Se tecnicamente possível, ainda que num prazo diferenciado, recomenda-se que os dados de outros sistemas sejam migrados, a fim de ter o maior volume de dados possível sobre o histórico de cada veículo.

11. Das Restrições – A Contratada ficará impedida de usar os dados em seu poder, bem como repassá-los a terceiros, por qualquer meio, sem autorização prévia e por escrito da Administração.

12. Do Monitoramento dos Preços dos Combustíveis

12.1. Atendendo ao princípio da economicidade, que deve nortear as ações da Administração Pública, a empresa Contratada deverá disponibilizar por meio do sistema de gerenciamento de frota, uma fonte de pesquisa dos preços praticados pelos postos credenciados, com a finalidade de orientar os abastecimentos dos veículos do Contratante pelo critério do menor preço.

12.2. O comparativo de preços desse sistema deverá ser atualizado ao menos semanalmente, preferencialmente contendo o valor de referência divulgado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

2.13. Do Treinamento.

13.1. A Contratada deverá ministrar, às suas expensas, treinamento a todos os gestores e usuários envolvidos na utilização do sistema informatizado da solução proposta, sem qualquer custo adicional para a Contratante, a ser realizado nas instalações da PRT da 21ª Região, sendo que o cronograma de treinamento será formalmente indicado à Contratada após a assinatura do contrato e deverá compreender:

- a) *folder* e manual explicativo do sistema;
- b) relatórios fornecidos pelo sistema;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

c) manual de utilização dos *softwares* de gerenciamento e de consolidação de dados redigidos em português; e

d) descrição técnica dos procedimentos e utilização do sistema e das suas operações compreendendo a Administração e Gerenciamento da frota, bem como das diversas disposições de suporte oferecidas aos usuários e gestores para melhor aproveitamento operacional

13.2. A Contratada deverá oferecer novo treinamento sempre que ocorrer qualquer alteração significativa na operação de seus sistemas.

13.3. Será considerado como usuário todo servidor designado pela PRT da 21ª Região e designados como servidores responsáveis pela fiscalização e gerenciamento dos serviços, aos quais a Contratada disponibilizará todo o treinamento necessário para que possam utilizar corretamente o sistema, como também fornecerá senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso, e segundo determinação dos Gestores Gerais da Frota, que lhe serão formalmente indicados.

13.4. A Contratada será responsável, ainda, às suas expensas, pelos custos de realização de todo o treinamento dos responsáveis pelas bases de gerenciamento, no que se refere à utilização dos sistemas de controle e planejamento, pelos usuários e pelos fornecedores dos serviços abrangidos nesta especificação, ou seja, nos estabelecimentos credenciados.

13.5. O treinamento deverá ser realizado, preferencialmente, por meio telepresencial, através do uso de cartilhas, cursos, plataformas on-line e/ou vídeos, gravados ou ao vivo.

13.6. Para treinamento dos administradores do sistema, deverá ser disponibilizada videoconferência interativa, para apresentação da operacionalização do sistema e esclarecimento de dúvidas, quando da implementação do contrato na unidade.

14. Da Garantia das Peças, Materiais e dos Serviços. A Contratada deve conceder garantia dos serviços/peças, nas formas a seguir explicitadas.

14.1. Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem apresentar garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados da efetiva prestação dos serviços.

14.2. Para os serviços de balanceamento de rodas, alinhamento e geometria por 03 (três) meses ou 5.000 (cinco mil) quilômetros, sendo que, neste caso, a garantia se estenderá ao que terminar primeiro.

14.3. Para os serviços de lanternagem e pintura, contado da efetiva prestação dos serviços, que não poderá ser inferior a 06 (seis) meses.

14.4. Para as peças, componentes e acessórios, contados a partir da data da efetiva instalação no veículo, que não poderá ser inferior a 03 (três) meses.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

14.5. Serviços e peças utilizados em serviços de retífica de bloco e/ou cabeçote de motor e seus componentes, caixa de câmbio, diferencial, motor de partida, bomba injetora, turbinas, bomba da direção hidráulica, compressor de ar condicionado, contados da data da efetiva prestação do serviço, 06 (seis) meses ou 20.000 (vinte mil) quilômetros, sendo que a garantia se estenderá ao que terminar por último, quando o fabricante da peça não oferecer prazo maior de garantia, devendo, em caso de prazo de garantia superior, prevalecer a garantia oferecida pelo fabricante.

14.6. Para os serviços em câmbio e suspensão, contados a partir da data da efetiva prestação dos serviços, que não poderá ser inferior a 06 (seis) meses ou 20.000 km, o que ocorrer por último.

14.7. Demais serviços e peças: 03 (três) meses ou 10.000 (dez mil) quilômetros, sendo que a garantia se estenderá ao que terminar por último, quando o fabricante da peça não oferecer prazo maior de garantia, devendo, em caso de prazo de garantia superior, prevalecer a garantia oferecida pelo fabricante.

14.8. A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo após o término ou rescisão do contrato com todas as peças e componentes substituídos para conferência da Contratante.

SEÇÃO IX – DO ORÇAMENTO E VALOR CONTRATUAL ESTIMADO

1. O orçamento para custeio dos gastos provenientes da contratação será aquele destinado à PRT da 21ª Região para o exercício de 2026. Caso haja renovação do contrato, este será custeado pelos orçamentos seguintes.

2. A estimativa do valor contratado foi realizada pelo segmento responsável pela pesquisa de preços, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, constando de documento separado e classificado que integrará o respectivo PGEA.

3. Em atenção aos princípios da impessoalidade e da moralidade, observando-se o artigo 23 da Lei nº 14.133/21, bem como o Acórdão do TCU nº 301/2005 e a Portaria PGR/MPU nº 100/2023, realizou-se a devida pesquisa de preços conforme os Documentos constantes do respectivo Procedimento de Gestão Administrativa (PGEA):

- a)** no seguinte endereço eletrônico www.paineldeprecos.planejamento.gov.br;
- b)** em contratos semelhantes firmados por órgãos da Administração Pública; e
- c)** junto a fornecedores diversos.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

4. Da tabela abaixo, elaborada com base nos Documentos n.º 401.2026, 402.2026, 403.2026, 404.2026, 405.2026 e 038.2026, **constam os valores estimados para a futura contratação.**

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FROTA AUTOMOTIVA						
Grupo	Item	Descrição do Objeto	Valor Estimado [VE]	Percentual Mínimo de Desconto [PD]	Valor do Desconto [VD = VE * PD]	Valor Total Estimado [VT = VE - VD]
Único	I	Gestão de frota – serviço de administração e gerenciamento informatizado de manutenções preventiva e corretiva de frota automotiva.	R\$ 30.000,00	2,40 %	R\$ 720,00	R\$ 29.280,00
	II	Gestão de frota – serviço de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento de combustíveis para frota automotiva.	R\$ 123.200,00	0,40 %	R\$ 492,80	R\$ 122.707,20
	III	Gestão de frota – serviço de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento de peças para frota automotiva.	R\$ 35.600,00	2,40 %	R\$ 854,40	R\$ 34.745,60
VALOR GLOBAL ESTIMADO * [VG = VT1 + VT2 + VT3]						R\$ 186.732,80

(*) Referente ao período de 24 meses de execução contratual.

SEÇÃO X – DOS CRITÉRIOS PARA A PARTICIPAÇÃO DA LICITANTE

1. O participante deste Pregão Eletrônico deverá:

- a) não se prevalecer de qualquer erro involuntário ou omissão existente para se eximir de suas responsabilidades;
- b) conhecer os serviços que serão prestados, das dificuldades passíveis de ocorrer na vigência do contrato, assim como dos dados e materiais necessários à sua execução;
- c) obrigá-lo a satisfazer todos os requisitos ora especificados; eventuais discrepâncias deverão ser comunicadas à Administração na primeira oportunidade; e
- d) responsabilizar-se pela confirmação dos quantitativos dos serviços a serem prestados; seu subdimensionamento não justificará sua inexecução.

2. O Capítulo IV do Edital estabelece as demais condições para a participação dos licitantes.

SEÇÃO XI – DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Para fins de habilitação, deverá o licitante possuir as regularidades jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, conforme artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

2. A licitante comprovará sua qualificação técnica mediante apresentação de atestado de capacitação técnico-operacional, emitido por pessoa jurídica para a qual preste ou tenha prestado serviços e que demonstre sua aptidão e experiência compatíveis com o objeto do Edital.

3. O Capítulo XII do respectivo Edital apresenta maiores informações sobre tais requisitos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

SEÇÃO XII – DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS LANCES DA LICITANTE

1. A licitante deverá apresentar Proposta de Preços, conforme o modelo constante do Anexo II do respectivo Edital ou em documento próprio que contenha, no mínimo:

- a)** discriminação do serviço a ser prestado;
- b)** os valores (unitário, mensal e anual), em moeda nacional (o Real), referentes ao Grupo Único, já considerando todas as despesas com tributos, transportes, insumos e demais custos que incidam direta ou indiretamente sobre o preço do serviço;
- c)** os seus dados bancários para fins de recebimento dos seus créditos;
- d)** a sua Razão Social junto com o respectivo nº de CNPJ;
- e)** o nome e assinatura do seu Representante Legal;
- f)** o seu endereço físico completo;
- g)** o seu nº de telefone e informação sobre correio eletrônico para contato; e
- h)** as declarações de que trata o “Item 8” do Anexo II (Modelo de Proposta de Preços) do Edital.

2. O preço estipulado pela licitante na sua proposta é irrevogável, salvo se devidamente justificado e nas condições previstas em Lei.

3. No caso de omissão na proposta, considerar-se-á que as especificações serão as que constam deste Termo de Referência.

4. Poderá ser prontamente desclassificada, antes da Fase de Lances, a proposta que:

- a)** seja elaborada em desacordo com qualquer dispositivo legal vigente;
- b)** apresente valores superiores aos de referência, manifestamente inexequíveis, simbólicos ou irrisórios;
- c)** apresente vantagens ou preços baseados nas ofertas dos demais licitantes.

5. Não será considerada a proposta que impuser condições diferentes das dispostas no edital, que apresente irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou que não atenda aos requisitos mínimos discriminados no edital.

SEÇÃO XIII – INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

1. O critério de seleção de proposta no certame será o de maior desconto ofertado, com amparo no artigo 7º, do Decreto 10.024/2019.

1.1. A proposta vencedora será aquela que – considerando-se os descontos propostos para as taxas mínimas admitidas para os Itens I, II e III – revelar-se a mais vantajosa para a Administração.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

2. A taxa (desconto) ofertada pela licitante, para cada Item do certame, incidirá sobre todos os serviços abrangidos pela contratação.

3. A proposta de preço deve considerar todas as despesas com tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente sobre o valor dos serviços.

4. Os lances deverão ser ofertados contendo o Valor Global (VG) para o Grupo Único, observando-se os valores máximos aceitáveis, tanto os unitários quanto os totais, de acordo com o “Item 4” da Seção IX deste Termo.

4.1. Tais valores estimados ou de referência servirão como subsídio à formulação das propostas das licitantes, bem como para o julgamento das mesmas. Referem-se aos valores estimados que serão pagos à Contratada e não constituem compromisso futuro.

5. Neste Pregão Eletrônico O MODO DE DISPUTA ADOTADO É O ABERTO, conforme definido no inciso I do artigo 31 do Decreto nº 10.024/2019.

5.1. O INTERVALO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES, sejam estes os intermediários ou o que estiver cobrindo a melhor oferta, será de, no mínimo, 0,5% (cinco décimas por cento).

6. Quando do envio da sua proposta e dos seus lances, a licitante deverá observar o quanto estabelecido, principalmente, nos Capítulos V a XII do Edital.

SEÇÃO XIV – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

1. O critério de julgamento das propostas será o de **Menor Preço Global**.

1.1. Será declarada vencedora a licitante que oferecer proposta mais vantajosa, isto é, aquela que atenda às condições do Edital e apresente o menor valor exequível.

2. Não será aceita, para efeito de julgamento e posterior contratação, Proposta que contenha:

a) valores superiores aos preços estabelecidos; e

b) preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

SEÇÃO XV – DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1. Homologada a licitação e autorizada a contratação, será celebrado o devido Termo Contratual, cuja minuta corresponde ao Anexo V do respectivo Edital, nos termos da legislação vigente, estabelecendo os direitos e as obrigações das partes.

2. O prazo inicial de vigência do contrato será de 24 meses.

3. O início das prestações dos serviços dar-se-á conforme indicação constante do respectivo contrato subscrito.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

4. Sem a anuência da Contratante, a Contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros as obrigações previstas no Contrato.
5. A contratação poderá ser prorrogada, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
6. O contrato poderá ser rescindido nos termos do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021.
7. Será admitida a repactuação dos preços, observado o interregno mínimo de um ano, nos termos do artigo 135 da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:
 - a) à data da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado; e
 - b) ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para custos de mão de obra.
8. O reajuste de preços envolvendo insumos (exceto quanto às obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) serão efetuadas, a pedido da Contratada, por demonstração analítica de variação de custos, limitado à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.
9. No interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, o contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato inicial atualizado, conforme prevê o Artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.
10. **NO CASO DE CONTRATO QUE ENVOLVA CESSÃO DE MÃO DE OBRA**, poderão ser provisionados recursos financeiros, nos percentuais previstos nas normas legais pertinentes e especificados na Planilha de Custo e Formação de Preços, para o pagamento de férias, 13º salário, rescisão contratual e indenização compensatória sobre o FGTS dos trabalhadores da Contratada empregados na execução do contrato, cujos valores retidos das faturas mensais serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 5/2017.
11. A Contratada sujeitar-se-á às penalidades previstas nos artigos 156 a 163 da Lei nº 14.133/21, observará o disposto na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023, na Instrução Normativa DG/PGT nº 02/2025 e demais normas vigentes, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

SEÇÃO XVI – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com (ou em) outra pessoa jurídica.

Para tanto:

- a) a nova pessoa jurídica deverá observar todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) deverão ser mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- c) não poderá haver prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- d) deverá haver a anuência expressa da Contratante à continuidade do contrato.

SEÇÃO XVII – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

1. São obrigações da Contratante, além de outras normas legais, os tópicos que seguem.

1.1. Designar responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

1.2. Verificar, periodicamente, através do seu Gestor de Contrato, que os preços dos serviços, objeto desta licitação, estão compatíveis com os praticados no mercado, de forma a garantir que continuem sendo mais vantajosos para a Administração.

1.3. Dirimir as dúvidas que vierem a surgir no curso da execução contratual, através de gestor designado, que de tudo dará ciência à Contratante.

1.4. Acompanhar e fiscalizar – sem prejuízo da responsabilidade da Contratada – a execução dos serviços, assegurando-se de que estejam sendo plenamente prestados, verificando o bom desempenho deles, inclusive quanto à sua continuidade.

1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

1.6. Notificar a Contratada, por escrito, sobre irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as correções necessárias.

1.7. Solicitar à Contratada o credenciamento de novos fornecedores, quando os fornecimentos, serviços e preços oferecidos sejam considerados inadequados aos interesses da Contratante.

1.8. Encaminhar veículos que se encontrem em garantia para concessionárias autorizadas, no intuito de preservar as garantias oferecidas, dentro do prazo estabelecido pelo fabricante.

1.9. Atestar a execução dos serviços, provisória e/ou definitivamente.

1.10. Prestar os esclarecimentos pertinentes formalmente solicitados.

1.11. Conduzir os procedimentos relativos a renegociações.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

1.12. Executar os serviços que fujam à responsabilidade da Contratada, mas indicados como necessários para a execução contratual.

1.13. Aplicar as sanções administrativas e penalidades por descumprimento do quanto pactuado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

1.14. Efetuar os pagamentos à Contratada na forma prevista.

1.15. Documentar as ocorrências havidas, anotando no Livro de Ocorrências as falhas detectadas e comunicando à Contratada, quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

1.16. Exigir a comprovação de que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na correspondente licitação.

1.17. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas contratuais.

2. Excetuadas as previstas nos documentos vinculados ao respectivo Edital e outras que por lei lhe couberem, a Contratada cumprirá as obrigações abaixo.

2.1. Cumprir fielmente o estipulado neste Termo, no Edital, seus Anexos e na sua proposta.

2.2. Fornecer, por meio da rede de postos credenciados, os tipos de combustíveis necessários ao abastecimento da frota de veículos oficiais da Contratante.

2.3. Fornecer, por meio das empresas da rede credenciada, os tipos de serviços e peças automotivos descritos no Termo de Referência e segundo os manuais dos fabricantes dos veículos.

2.4. Garantir que as peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivo solicitados sejam:

a) originais genuínos, produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo;

b) originais, do fabricante fornecedor da montadora dos veículos, atendidos os mesmos padrões e níveis de qualidade por essa exigidos, recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo; e

c) de outros fabricantes, cujo produto atenda aos níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora dos veículos, constantes ou não de seu catálogo, mediante solicitação ou autorização formal da Contratante.

2.5. Garantir que as empresas componentes da rede credenciada estejam criteriosamente integradas ao sistema eletrônico de gerenciamento, a partir do início da execução do objeto.

2.6. Manter listagem atualizada da rede de postos de combustíveis, oficinas e centros automotivos credenciados e integrados ao sistema eletrônico de gerenciamento, informando as eventuais inclusões e exclusões.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

2.7. Manter nos estabelecimentos credenciados, em local bem visível, a identificação de sua adesão à rede.

2.8. Providenciar a imediata correção de pendências apontadas pela Contratada, quanto à execução dos serviços, atendendo prontamente a todas as reclamações.

2.9. Manter as condições estabelecidas nesta especificação, caso ocorra durante o período da prestação dos serviços, alteração na quantidade de veículos, por aquisição, alienação e/ou diversificação de linha nacional ou importada.

2.10. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.11. Apresentar, sempre que solicitado pelo fiscal do contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às condições exigidas neste Termo de Referência.

2.12. Arcar com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre esta contratação, inclusive os fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, devendo apresentar, sempre que solicitada pelo fiscal do contrato, a documentação comprobatória dos recolhimentos devidos.

2.13. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa previstas neste termo e que lhe sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais.

2.14. Comunicar ao fiscal do contrato, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência deste contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação.

2.15. Encaminhar qualquer solicitação à Contratante por intermédio do fiscal ou do setor de gestão do contrato.

2.16. Acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do fiscal do contrato designado pela Contratante.

2.17. Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato.

2.18. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto do contrato, bem como a respeito da qualidade de serviços e peças, casos em que a Contratada deve arcar com eventuais custos adicionais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

2.19. Responsabilizar-se por serviço não aceito pela Contratante, em caso de não atendimento das especificações prévias, providenciando/intermediando a devida solução, no prazo estipulado pelo fiscal do contrato.

2.20. Credenciar e disponibilizar, preferencialmente em até 30 (trinta dias) corridos, novos postos de combustíveis, concessionárias, oficinas e centros automotivos, para ampliação da rede de estabelecimentos, ou em substituição daqueles cujos serviços, materiais e preços oferecidos sejam considerados inadequados aos interesses da Contratante.

2.21. Disponibilizar histórico de todos os procedimentos realizados durante a vigência do contrato, com vistas a suprir a gestão da Contratante com os relatórios anuais de gastos com abastecimentos e manutenção da sua frota.

2.22. Garantir que os preços cobrados na rede credenciada, mesmo para pagamento por meio do cartão disponibilizado pela Contratada, seguirão os negociados à vista pelo estabelecimento, inclusive por ocasião de eventuais campanhas promocionais de vendas e serviços que estejam sendo praticados no momento.

2.23. Disponibilizar plataforma compatível com: sistema operacional Windows; navegadores de internet Edge, Firefox ou Chrome; e softwares de escritório padrão Microsoft. É de responsabilidade da proponente quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.

2.24. Permitir, por meio do sistema de gerenciamento e da rede de estabelecimentos credenciados, orçamentos de peças, acessórios e/ou serviços, visando à realização de serviços pelo credenciado que apresentar a menor proposta;

2.25. Disponibilizar notas fiscais de venda ao consumidor e/ou de serviços prestados, para cada transação realizada, seja abastecimento ou manutenção de veículos;

2.26. Remunerar devidamente os estabelecimentos da rede credenciada pelos serviços executados e/ou peças e acessórios vendidos, vedada qualquer obrigação financeira entre a Contratante e a rede credenciada.

2.27. Incentivar e cobrar a adoção, pela rede credenciada, de prática sustentável acerca do descarte correto de remanescente de serviços, como pneus e baterias veiculares, de acordo com o que preceitua a Lei de resíduos sólidos, contribuindo para um ambiente ecologicamente saudável.

2.28. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas contratuais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

SEÇÃO XVIII – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o objeto contratado.

2. O respectivo Termo Contratual será acompanhado e fiscalizado por um representante (Gestor/Fiscal) designado pela Contratante, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

2.1. Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

2.2. Igualmente, as disposições aqui previstas não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

3. O representante da Contratante anotará em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, sendo-lhe asseguradas, entre outras, as prerrogativas de:

a) acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços relativos ao contrato, de modo que sejam cumpridas integralmente as suas condições;

b) atestar as notas fiscais;

c) determinar o que for necessário à regularização de faltas, falhas, problemas ou defeitos verificados;

d) cientificar a Contratada a respeito das referidas ações, comunicando-lhe, por escrito, as deficiências verificadas na prestação dos serviços, para correção em um prazo máximo a ser fixado, sem prejuízo das sanções cabíveis;

e) relatar, por escrito, as eventuais irregularidades;

f) rejeitar ou sustar a prestação que não esteja de acordo com as exigências contratuais ou por outro motivo que se justifique, bem como determinar a adequação ou o refazimento de atividade eventualmente fora de especificação;

g) dirimir e desembaraçar as dúvidas e pendências que surgirem no curso da execução do contrato;

h) acompanhar o prazo de início e término da execução do contrato, bem como da garantia contratual;

i) solicitar acréscimos e/ou supressões quando necessário; e

j) solicitar revisões e alterações contratuais, bem como a respectiva rescisão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor ou Fiscal da Contratante serão encaminhadas à Autoridade Superior da PRT 21ª Região.

SEÇÃO XIX – DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

1. Os serviços objeto da contratação serão recebidos da seguinte forma (artigo 140 da Lei nº 14.133/21):

a) Provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, junto com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital; e, se for o caso,

b) Definitivamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e administrativa da contratada, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios ocultos, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

4. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando estiver em desacordo com o contrato e/ou com as especificações técnicas, sem prejuízo da apuração de responsabilidades.

5. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

6. Caso a execução dos serviços não esteja compatível com as especificações estabelecidas, a Contratada deverá proceder à sua substituição/reparação no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da respectiva notificação.

7. Salvo disposição em contrário, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, conforme estabelecido nos artigos 119 e 140 da Lei nº 14.133/21.
9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
10. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

SEÇÃO XX – DA LIQUIDAÇÃO (FATURAMENTO DA NOTA FISCAL)

1. A Contratada deverá apresentar Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFSe) exclusivamente através de peticionamento no Sistema de Protocolo Administrativo Eletrônico do MPT, disponível no endereço <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>.

1.1. Não serão aceitas Notas Fiscais protocoladas por outros canais.

2. A Nota Fiscal levará em conta a prestação dos serviços realizados no mês anterior, devendo ser apresentada de acordo com a legislação vigente, não podendo conter emendas ou rasuras.

2.1. O primeiro faturamento será proporcional ao período decorrido entre a data do início da execução do contrato e o último dia do mês em referência.

2.2. O primeiro pagamento fica condicionado à apresentação, por parte da Contratada, da garantia prevista no termo Contratual, se for o caso.

3. Recebida a Nota Fiscal definitivamente atestada pelo Fiscal/Gestor, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, nos termos do Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

4. Conforme determinação da Divisão de Orçamento e Finanças da Contratante, deverão ser indicados na Nota Fiscal:

- a) o objeto da prestação dos serviços (“serviços de gerenciamento de frota automotiva”);
- b) período (mês e ano) a que se referem os serviços;
- c) o local da prestação dos serviços;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

- d) o valor mensal relativo aos serviços;
- e) os dados do Contrato subscrito e do órgão Contratante;
- f) o prazo de validade;
- g) a data da emissão;
- h) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- i) alíquotas e valores correspondentes dos tributos federais nos termos da IN RFB 1234/2012; e
- j) os dados bancários da Contratada, a saber: nome e números do banco, da agência e da conta corrente.

5. Ocorrendo situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignado no corpo da “Nota Fiscal” a condição da excepcionalidade e os respectivos enquadramento e fundamento legais.

5.1. Neste caso, a Nota Fiscal deverá estar acompanhada da “Declaração de Isenção e Responsabilidade Fiscal”, com fins específicos e para todos os efeitos, assinada pelo representante legal da Contratada.

5.1.1. Tal declaração deve confirmar a inscrição ou o enquadramento da Contratada em sistema diferenciado de apuração e recolhimento de impostos e contribuições, além de atestar que ela preenche todos os requisitos legais para beneficiar-se de tal condição.

6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

7. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133/2021.

8. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; e
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11. Persistindo a irregularidade, a Contratante adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do procedimento correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

SEÇÃO XXI – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

1. O pagamento será realizado de acordo com o serviço efetivamente prestado.

2. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no ANEXO I-A.

3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, conforme aplicação do IMR, sem prejuízo das sanções cabíveis, se for o caso, motivada pelos seguintes fatos:

a) não produziu os resultados acordados;

b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

4. A aplicação do IMR não impede que seja instaurado processo de apuração de responsabilidade.

SEÇÃO XXII – DO PAGAMENTO À CONTRATADA

1. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente discriminada, emitida em nome da PRT da 21ª Região, CNPJ nº 26.989.715/0061-43, desde que não haja fator impeditivo por parte da Contratada.

1.1. Nos termos do artigo 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, o pagamento da respectiva Nota Fiscal será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do ateste definitivo feito pelo Fiscal e pelo Gestor do Contrato.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

2. Fica a empresa vencedora, quando assim couber, ciente da obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Opção pelo Simples, obedecendo ao disposto nas Instruções Normativas SRF n.º 480/2004, 1.234/2012 e 1540/2015.

2.1. Em caso de descadastramento da Contratada no SIMPLES, deverá informar de imediato à Contratante. Caso não realize tal comunicação, a Contratante, ao tomar conhecimento do descadastramento, recolherá os tributos retroativamente com os devidos encargos moratórios e realizará os descontos de tais valores dos pagamentos devidos à Contratada.

3. A declaração deverá ser assinada pelo representante legal da empresa, a ser apresentada no ato da entrega do objeto, junto com a Nota Fiscal, esclarecendo que a não apresentação do documento em questão ocasionará o desconto no pagamento devido às empresas do valor referente ao encargo previsto na Lei n.º 9.430/96.

4. Alternativamente, a critério da Contratante, a comprovação da regularidade de inscrição no Regime Especial Unificado, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, poderá ser substituída por consulta ao portal na internet, na forma do Parecer SEORI/AUDIN-MPU Nº 263/2015.

5. A liberação da Nota Fiscal para pagamento ficará condicionada ao atesto do fiscal do contrato, conforme disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/21.

6. Será considerada como data do efetivo pagamento o dia de emissão da ordem bancária para pagamento.

7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

8. Se esse valor for superior ao crédito, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente.

9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, será calculada, mediante a aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**.

9.1. Considera-se aqui taxa anual igual a 6%, sendo: EM (encargos moratórios); N (número de dias entre a data prevista e aquela do pagamento); VP (valor da parcela devida); e I (índice de compensação) $> I = (TX/365) > I = 6\%/365 > I = 0,00016438$.

9.2. A compensação financeira prevista nessa condição será cobrada na Nota Fiscal relativa ao mês imediatamente seguinte ao da sua ocorrência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

9.3. Se o atraso for provocado pela Contratada, não se promoverá atualização monetária.

10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212/1991, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio da Nota Fiscal.

10.1. Quanto ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, será observado o disposto na Lei Complementar nº 116/2003, e legislação municipal aplicável.

SEÇÃO XXIII – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Nos termos dos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, o proponente ou o contratado será responsabilizado administrativamente caso incorra em qualquer das seguintes infrações:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

j.1. reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-H, 337-I, 337-J, 337-L e 337-M do Código Penal.

- k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013; e
- m)** não manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que foram exigidas no anterior procedimento de licitação.

2. Quem cometer qualquer das referidas infrações ficará sujeito, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

a) advertência;

b) multa, que poderá ser:

b.1) multa compensatória de até 10% sobre o valor do contrato ou documento equivalente – no caso de incorrer na infração disposta na “alínea d” do Item 1;

b.2) multa moratória de 0,5% por dia corrido de atraso injustificado, sobre a parcela inadimplida do objeto, limitada a 30 dias corridos – no caso de incorrer na infração disposta na “alínea g” do Item 1;

b.3) multa moratória de 1,0% por dia corrido de atraso injustificado, sobre a parcela inadimplida do objeto, a partir do 31º dia corrido, sendo caracterizada inexecução parcial do objeto, limitada a 60 dias – no caso de incorrer na infração disposta na “alínea g” do Item 1;

b.4) multa compensatória de 10% sobre o valor total da contratação, podendo ser caracterizada inexecução total do objeto – no caso de incorrer, por prazo superior a 60 dias corridos, em uma das infrações previstas nas “alíneas a, b, c e g” do Item 1;

b.5) Multa compensatória até o limite de 20% sobre o valor total da contratação – no caso de incorrer em uma das infrações previstas nas “alíneas i, j, k e l” do Item 1;

c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos Itens “1.a” a “1.g” deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e/ou

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos anteriores “Itens 1.h” a “1.l”, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

3. Na aplicação das sanções serão considerados, observando-se os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) o caráter educativo da pena; e

f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, a sanção de “advertência” será aplicada exclusivamente pela infração de “dar causa à inexecução parcial do contrato”.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista neste Aviso de Dispensa.
6. A sanção de “multa” não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor da contratação e será aplicada no caso de se incorrer em qualquer das infrações descritas no Item 1.
7. A sanção de “multa” pode ser aplicada cumulativamente com as sanções de “advertência” e “impedimento de licitar e contratar”.
8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
9. As multas aplicadas deverão ser recolhidas por meio de Guia de Recolhimento da União, no prazo máximo de 10 dias, a contar da data do recebimento da respectiva notificação.
10. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em multa compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.
11. Não haverá aplicabilidade de multas durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela Administração, em virtude de caso fortuito, força maior ou impedimento causado pela Administração.
12. A aplicação das sanções previstas não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
13. A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á mediante processo administrativo que assegurará ao proponente ou contratado o contraditório e a ampla defesa, observando-se os procedimentos previstos na Lei n.º 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei n.º 9.784/1999.
 - 13.1. Será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.
14. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, cópia do processo administrativo necessário à apuração da responsabilidade deverá ser remetida à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidades (PAAR).
 - 14.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas, nos termos da Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à Administração Pública, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

15. Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, a sanção de “impedimento de licitar e contratar” será aplicada – no âmbito do ente aplicador da sanção e pelo prazo máximo de 3 anos – quando se incorrer em uma das infrações das “alíneas b a l” do Item 1.

16. Para a aplicação da sanção de “impedimento de licitar e contratar” será instaurado Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidades (PAAR), a ser conduzido por comissão composta de 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o proponente ou o contratado para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o proponente ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

16.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16.3. A prescrição ocorrerá em 5 anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- a)** interrompida pela instauração do referido processo de responsabilização;
- b)** suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846/2013; e
- c)** suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

17. É admitida a reabilitação do proponente ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, e para isso serão exigidos, cumulativamente:

- a)** reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b)** pagamento da multa;
- c)** transcurso do prazo mínimo de 3 anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d)** cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e)** a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável – no caso de a sanção decorrer das infrações previstas nas “alíneas h e l” do Item 1; e
- f)** análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

SEÇÃO XXIV – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento da prestação dos serviços.

2. A Fiscalização do contrato será realizada por equipe designada, em conformidade com as disposições contidas no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, na Portaria PGT/MPT nº 1.019/2024 e demais disposições previstas no respectivo edital.

2.1. Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual, tampouco restringe a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integralidade e à correção dos serviços a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros.

3. O representante da Contratante anotará em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, sendo-lhe asseguradas, entre outras, as prerrogativas descritas a seguir.

3.1. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços relativos ao contrato, de modo que sejam cumpridas integralmente as suas condições.

3.2. Atestar as notas fiscais.

3.3. Determinar o que for necessário à regularização de faltas, falhas, problemas ou defeitos verificados, podendo sustar a execução de quaisquer trabalhos, em casos de desacordo com o especificado ou por motivo que caracterize a necessidade de tal medida.

3.4. Sugerir que seja sustado o pagamento das notas fiscais, no caso de inobservância pela Contratada das suas obrigações contratuais.

3.5. Cientificar a Contratada a respeito das referidas ações, comunicando-lhe, por escrito, as deficiências verificadas na prestação dos serviços, para correção em um prazo máximo a ser fixado, sem prejuízo das sanções cabíveis.

3.6. Comprovar e relatar por escrito as eventuais irregularidades.

3.7. Rejeitar ou sustar a prestação que não esteja de acordo com as exigências contratuais ou por outro motivo que se justifique, bem como determinar a adequação ou o refazimento de atividade eventualmente fora de especificação.

3.8. Dirimir e desembaraçar as dúvidas e pendências que surgirem no curso da execução do contrato.

3.9. Acompanhar o prazo de início e término da execução do contrato, bem como da garantia contratual.

3.10. Solicitar acréscimos e/ou supressões quando necessário.

3.11. Solicitar revisões e alterações contratuais, bem como a respectiva rescisão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

3.12. Informar seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, sobre situação que demande decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

4. A Contratada submete-se integralmente a todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Contratante.

5. A comunicação entre Contratante e Contratada ocorrerá, em regra, por meio eletrônico, valendo a expedição eletrônica como meio oficial para todos os efeitos legais.

6. É dever da Contratada manter atualizado o seu cadastrado perante a Contratante e indicar endereço eletrônico válido durante toda a vigência da relação contratual.

SEÇÃO XXV – DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL

1. Os serviços objeto deste Termo não trazem consigo impacto ambiental, haja vista se tratar de prestação de serviços de atividades materiais administrativas sem maiores utilizações de materiais ou equipamentos que tenham potencial de agressão ao meio ambiente.

2. Todavia, é conveniente que a Contratada adote práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental na execução dos serviços, conforme instruções constantes da Instrução Normativa MPOG-SLTI nº 01/2010 e da Portaria PGT nº 564/2010.

3. E também, durante a execução dos serviços, deverá cercar-se dos cuidados inerentes à proteção da saúde, seja de seus empregados, seja das demais pessoas que utilizem o local, tais como: isolamentos (antirruído, contra propagação de sujeiras etc), utilização de equipamentos de proteção pessoal, entre outros, com a finalidade de minimizar os impactos no ambiente de trabalho.

SEÇÃO XXVI – DOS REQUISITOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

1. Quando da contratação, Contratante e Contratada deverão atender à Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e observar os tópicos seguintes.

1.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

1.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na LGPD, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

1.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

1.4. Em atendimento ao disposto na LGPD, a Contratante, para a execução contratual, tem acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

1.5. A Contratada declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela Contratante.

1.6. A Contratada obriga-se a comunicar à Contratante, em até 24 horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no artigo 48 da LGPD.

1.7. A Contratada, quando do encerramento do contrato, exceto se abrangidos pelo disposto nos incisos do artigo 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todo os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato.

1.7.1. A Contratante deverá ser formal e justificadamente comunicada da impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.

SEÇÃO XXVII – DO PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO E DA EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS

1. Todo e qualquer documento relativo ao objeto deste instrumento, e durante a vigência da contratação (nota fiscal, fatura, relatório, declaração, requerimento etc.), deverá ser apresentado por meio do **Protocolo Administrativo Eletrônico**, disponível em: <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/login>.

2. Para a utilização do **Protocolo Administrativo Eletrônico** a Contratada deverá efetuar seu pré-cadastro e tomar as demais providências indicadas nas orientações disponíveis no portal referido no item anterior, caso ainda não possua cadastro;

3. O envio de comunicações da Contratante à Contratada será efetuado por meio de expedição eletrônica no processo de gestão administrativa (PGEA) autuado para acompanhamento do contrato relativo à execução do objeto deste termo de referência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

SEÇÃO XXVIII – DA VINCULAÇÃO

1. Integrando-o e complementando-o, como documentos vinculados, independentemente de transcrição e naquilo que não a contrariem, a futura contratação obedecerá aos documentos constantes do Procedimento de Gestão Administrativa nº 20.02.2100.000481/2025-45, a saber:

- a) as disposições do Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº 90001/2026; e
- b) as obrigações assumidas na Proposta apresentada pela Contratada.

SEÇÃO XXIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, são de exclusiva responsabilidade da Contratada, se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo, a qual deverá por eles responder, e defender a Contratante, fora dela, contra reclamações relacionadas ao assunto.

Natal/RN, 26 de maio de 2026.

Romilson Sampaio Almeida

Seção de Licitação e Compras